

CONSCIÊNCIA ESCRAVISTA E MEMÓRIA ANCESTRAL: A DIALÉTICA QUE COMPORTA A AMÉFRICA LADINA E SE EFETIVA EM PRÁTICAS DE RESISTÊNCIAS DE MULHERES AFRO-BRASILEIRAS

Maria Raimunda Penha Soares

Professora associada do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), campus Rio das Ostras, e integrante da coordenação colegiada do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab/UFF), raysoares2411@gmail.com

Thamires Costa Meirelles dos Santos

Mestranda em Cultura e Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social (PPGSS/ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e integrante da coordenação colegiada do Neab/UFF, thamiresmrls@gmail.com

Resumo

O presente artigo identifica historicamente práticas e insurgências coletivas protagonizadas por mulheres afro-brasileiras ante o sistema escravista que não só perduram como fomentam, na contemporaneidade, a organização política e a construção de estratégias de resistência e luta de mulheres em territórios quilombolas. Incorpora-se também a dialética entre consciência e memória proposta por Lélia Gonzalez como fio condutor que dinamiza as contradições presentes na consciência escravista e na potencialidade contracolonial da memória ancestral. Essa dialética, por sua vez, traz à tona aquilo que o ocidente nomeou como recalque histórico e concede os referenciais afro-brasileiros basilares do que Lélia chamou de *Améfrica Ladina*. A proposta investigativa que subsidia essas reflexões parte do pressuposto de que mulheres negras e quilombolas historicamente estiveram presentes na construção de estratégias de

resistências e lutas com suas comunidades, sendo consideradas as principais responsáveis por darem a “rasteira na raça dominante”, tornando possível que práticas, saberes e tecnologias ancestrais e diaspóricas permanecessem vivos em processos de produção e reprodução de existências coletivas. Essas sujeitas mantiveram a memória ancestral em constante movimento, de modo que suas práticas de cuidado, seus saberes e tecnologias e suas ações religiosas não só informam como dão sentido às suas milenares resistências. Esta síntese resulta de mais de 10 anos de inserção em territórios quilombolas no Rio de Janeiro e, mais recentemente, no Maranhão, por meio de pesquisa e extensão junto a essas comunidades, dialogando e aprendendo com essas mulheres; e de estudos no âmbito do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Palavras-chave: Mulheres Afro-brasileiras, Quilombos, Memória, Resistência.

Introdução

Que memórias emergem quando mencionamos a resistência à escravização de negros e indígenas e à colonização europeia nas Américas?

A resposta a essa pergunta depende dos sujeitos que a enunciam. Não por se tratar de uma questão subjetiva ou circunscrita a vivências pessoais, mas, sim, por tanto a pergunta quanto a resposta estarem atravessadas por questões e referenciais históricos e epistêmicos e posicionamentos políticos.

Inicialmente precisamos destacar que memória não implica simplesmente lembrar ou esquecer. Memória, na perspectiva aqui adotada, configura-se como um recurso político do presente que é acionado coletivamente como forma de trazer à tona elementos que a história oficial ou a consciência escravocrata escondem.

Neste texto, portanto, trataremos sobre a dialética entre consciência escravista e memória ancestral visando expor o que, na dinâmica de constituição da sociedade brasileira, foi se conformando como ideologicamente solidificado em termos de aceitação da herança escravo-crata e o que permaneceu latente como oposição e resistência a ela e a negação dela. Para este artigo, interessa-nos elucidar a dialética que circunda a vida, a organização, a luta e a resistência das mulheres, sobretudo negras e quilombolas, para pensarmos esses tensionamentos.

A invenção da raça como um dos fundamentos da sociedade moderna escravista (QUIJANO, 2005) levou a criação do africano e do indígena como *o outro* histórico, aquele em que o europeu branco colonizador “depositou” tudo o que era negativo, feio, “bárbaro” e incompleto da história, a partir de uma base socioeconômica em que esse “outro” tem o lugar de produzir a riqueza e não desfrutar dela. Desse modo, a cultura, a religiosidade, os movimentos insurgentes e as práticas de sobrevivências que emergiram nesse contexto de extrema exploração e opressão, sobretudo nas Américas, tiveram o lugar de assegurar a humanidade desse *outro*, dar-lhe sentido e conteúdo que se contrapusessem ao *não-ser* e garantir que ele continuasse na sua condição de sujeito histórico em e a partir do comum ou das comunidades (de terreiros, quilombos, terras de preto, insurreições e outros espaços e formas de resistências). As mulheres tiveram lugar de

centralidade nessas resistências, porque foram elas também as mais atingidas pelos processos de opressão, exploração e violências. São elas, por outro lado, as mais esquecidas, de modo que suas resistências são ocultadas pela consciência escravocrata e, quando aparecem, são romantizadas ou distorcidas, quando não fetichizadas.

É na esteira de reflexões e proposição de Lélia González que encontramos os recursos metodológicos para pensarmos essa dialética e entendermos, à luz dessa proposição, como foi se constituindo, como resistência e modo de vida, uma dinâmica que tensiona a consciência escravista a partir de uma práxis cotidiana, na qual o fazer e o conhecimento ancestral confluem no mesmo movimento.

O artigo aqui apresentado resulta de um acúmulo teórico e de experiências de pesquisa e extensão junto a comunidades quilombolas e movimentos sociais e populares do campo, em especial, no estado do Rio de Janeiro e, mais recentemente, a partir da realização de pós-doutoramento junto a quilombos do estado do Maranhão. Também se trata de reflexões e análises em construção, sobretudo no diálogo direto com os sujeitos implicados. Ressalta-se o lugar histórico e contemporâneo das mulheres nas lutas e insurgências contracoloniais (SANTOS, 2015), criando tecnologias ancestrais, transmitindo conhecimentos, praticando o cuidado à sa-úde e enfrentando violências e violações de direitos.

O referencial metodológico utilizado nas pesquisas que nos levaram às reflexões apresentadas aqui foi a pesquisa-ação participativa (BRANDÃO, 2020) articulada à proposta de Lélia González (2020a) de dialética entre consciência e memória como um recurso heurístico para desvelar conhecimentos que comumente não são legitimados na historiografia oficial e que emergem a partir da memória dos sujeitos insurgentes e contracoloniais. Dessa forma, nossas escolhas metodológicas nos possibilitaram apreender, de forma crítica, as dinâmicas socioculturais e políticas dos territórios e de seus processos organizativos, de resistências, lutas e insurgências.

Outras concepções importantes para o nosso trabalho são as de resistência e luta. Para falar delas em territórios quilombolas, não podemos simplesmente transpor para estes uma concepção organizativa de luta que se efetiva frente às relações de exploração do trabalho pelo capital ou que ganha corpo nas cidades, mesmo quando compõe expressões de movimentos e coletivos negros. É necessário entendermos a dimensão cotidiana de reprodução da vida em uma

comunidade quilombola para alcançarmos o que implica resistência e luta para os sujeitos que a integram; e como essas ações dialogam e podem dialogar com uma luta anticapitalista. Por outro lado, é importante, diríamos fundamental, entender e apreender a luta e a constituição dos quilombos no Brasil como parte de uma luta antiescravista, portanto, com elementos anticapitalistas e emancipatórios.

No texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, Lélia González (2020a, p. 78) apresenta o debate sobre consciência e memória da seguinte maneira:

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui.

Apontaremos aqui elementos dessa memória como resistência e o que ela nos ensina que possa nos guiar nas lutas e organizações contemporâneas de mulheres negras e quilombolas. Com os aportes de outra categoria de Lélia, buscaremos trazer elementos para o nosso debate a *Amefricanidade*, percebida como uma categoria que incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas). Além disso, possui um caráter político, efetivamente democrático, exatamente porque o próprio termo permite a ultrapassagem de limites territoriais, linguísticos e ideológicos, abrindo novas perspectivas para o entendimento mais amplo da América como um todo (GONZALEZ, 2020b).

Nesse sentido, ao apresentar a categoria de *Amefricanidade*, Lélia nos indica onde essas práticas de resistência e luta, no período colonial, efetivaram-se como experiências política e cultural:

Já na época escravista ela se manifestava nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão concreta se encontra nos *quilombos*, *cimarrones*, *cumbes*, *palenques*, *marronages* e *marroon societies*, espaiadas

pelos mais diferentes paragens de todo o continente (GONZALEZ, 2020b, p. 138).

Desse modo, a *Americanidade* se efetiva nessas práticas de resistências, mas, por outro lado, configura-se como uma potência de organização política futura.

Memória ancestral e práticas insurgentes de mulheres negras e quilombolas

Os quilombos foram territórios de resistência à escravidão (MOURA, 1993; GOMES, 2015), mas também espaços de confluências de modos de vidas e resistência afrodiaspórica e ameríndia¹. As mulheres negras resistiram, de diferentes formas, à escravidão e a toda a violência que dela decorria. A fuga para os quilombos e a vida neles formaram algumas das inúmeras formas de luta, mas não são as únicas.

Há poucos estudos sobre as mulheres no longo período de escravidão no Brasil, em especial, quando pensamos no seu lugar em processos de resistência e lutas contra o escravismo e pela liberdade. Produções mais recentes, entretanto, têm buscado preencher essa lacuna histórica, que diz muito mais do que oculta. Carneiro (2006, p. 30) nos indica que

A importância de mulheres guerreiras está ainda para ser reconhecida na constituição das comunidades de fugitivos de toda a América colonial e como herança negra partilhada na luta cotidiana das brasileiras. (...) Elas eram indispensáveis: na provisão de alimentos; no trabalho agrícola, na confecção de roupas e utensílios. Além de combaterem lado a lado com os homens e participantes dos ataques a plantações vizinhas, elas exerciam funções logísticas levando pólvoras e armamento, removendo e cuidando dos feridos. (...). Algumas chegavam a ser chefes de Quilombos, havendo notícias de Quilombos só de mulheres!!!

1 Apesar de considerarmos essencial que o debate da questão racial no Brasil, dos quilombos e da resistência negra seja realizado em articulação com as ações de luta dos povos indígenas, ainda temos poucas inserções, a partir de nossas pesquisas, nas vivências dessa segunda comunidade, assim como nas suas formas de organização e lutas. Por esse motivo, este artigo privilegia mais o debate em torno da questão da mulher negra e quilombola.

Como o chefiado por Felipa Maria Aranha, na Região Amazônica.

Jarrid Arraes (2017) faz um estudo de 15 heroínas negras, do período escravocrata e pós-libertação, que, apesar de figurarem na memória de seus territórios e comunidades como “guerreiras” e heroínas, não ocuparam, na historiografia oficial, o lugar que merecem. A autora destaca a invisibilidade do protagonismo negro, em especial, das mulheres e a necessidade de trazermos à tona, como memória coletiva, os nomes e as lutas delas pouco conhecidas, invisibilizadas ou “anônimas” que construíram a nossa história de resistência.

Essas mulheres lutaram, cada uma a seu tempo, de formas diversas e com as armas que dispunham, contra o trabalho forçado, a exploração, o racismo, o machismo e outras formas de opressão. Foram guerreiras quilombolas que lutaram contra a escravidão colonial, organizando e liderando quilombos, participando de revoltas e insurreições e utilizando de seus conhecimentos ancestrais para derrotarem aqueles que as oprimiam e violentavam. Como exemplo desses atos, citamos Aqualtune, Dandara dos Palmares, Luísa Mahin, Maria Felipa, Maria Crioula, Ná Agontimé, Tereza de Benguela e Zacimba Gaba (ARRAES, 2017). Foram também escritoras que, em épocas diferentes, denunciaram violências, opressões, desigualdades sociais e raciais, a pobreza extrema e a fome, como Esperança Garcia, Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus. Também tiveram atuação na política e na organização comunitária e cultural em suas cidades e territórios, como a jornalista Antonieta de Barros, nascida em Florianópolis (SC) no começo do século XX e que foi a primeira mulher a assumir o cargo de deputada do estado e a primeira deputada estadual negra do país; Tia Ciata, baiana nascida em 1854, considerada uma das mais importantes referências do samba e do candomblé no Rio de Janeiro; Eva Maria do Bonsucesso, negra alforriada do Rio de Janeiro do século XIX que insurgiu contra a violência sofrida por parte de um branco, levando-o à justiça e vencendo o caso, algo raro naquela época; e Laudelina de Campos, defensora dos direitos das mulheres e das empregadas domésticas do começo do século XX (ARRAES, 2017).

Trazer à tona a memória de resistência e luta dessas mulheres é se contrapor à consciência escravocrata que se solidificou por meio do racismo estrutural no Brasil e que considera que o lugar das mulheres

negras é de subordinação: de mucama, de doméstica e de objeto de prazer do homem branco (GONZALEZ, 2020a).

Para além de referências como essas, que, de alguma forma, figuram na memória coletiva de suas comunidades e territórios, há uma resistência e luta cotidianas de mulheres “anônimas” do passado e do presente, que merecem emergir como forma de trazer à tona seu protagonismo na construção de modos de vida contracoloniais².

Em nossas pesquisas recentes junto a comunidades quilombolas, pudemos reafirmar esse protagonismo de mulheres na construção, organização e luta pelos seus territórios. Alguns nomes figuram nessas memórias coletivas dos espaços, como: Guilhermina Rodrigues (Dona Cheiro), uma das referências de luta do Quilombo Machadinha (RJ), já falecida; Carivaldina Oliveira da Costa (Dona Uia), uma das mais antigas quilombolas da Rasa (RJ), falecida em 2020³; Francisca Ferreira,

2 No livro *Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*, organizado por Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias e Flavio Gomes (XAVIER; FARIA; GOMES, 2012), há artigos que tratam da experiência de mulheres negras como protagonistas de diversificadas histórias e formas de sobrevivência, resistência e lutas. Outros livros, como *O livro da Saúde das mulheres Negras - Nossos passos vêm de longe*, de organização de Jurema Werneck, Maisa Mendonça e Evelyn C. White (2006); e *O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*, de Joselina da Silva e Amauri Mendes pereira (2014), apresentam elementos para discutirmos o protagonismo de mulheres negras para a sobrevivência “de conhecimentos, saberes e tecnologias que eram parte de uma cultura diaspórica, que vai conformar, no futuro, a cultura afro-brasileira” (SOARES, 2021, s/p.), bem como sua atuação política como movimento organizado em uma cena contemporânea.

3 Dona Uia, griot e liderança do Quilombo da Rasa – Búzios (RJ), falecida em decorrência da Covid-19, juntou-se aos mais de 400 mil mortos no Brasil, vítimas da maior epidemia dos últimos tempos cujo agravamento ocorre em decorrência de uma profunda crise sanitária, política, social e econômica. Cabe destacar que além de endossar uma política de morte, o atual desgoverno brasileiro legitima através de práticas e discursos negacionistas o genocídio em massa da população, dentre os quais os negros, moradores de favelas, quilombolas e indígenas tem sido os principais afetados. Neste contexto de completo descaso, as comunidades quilombolas têm sentido na pele o agravo da invisibilidade de suas existências e modos de vida. Os dados atualizados da CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas) em 12 de maio de 2021, revelam que já são mais de 5300 casos confirmados, e 270 óbitos em decorrência da Covid em quilombos. Apesar disso, as resistências coletivas têm sido notórias, sendo cotidianamente construídas também por esses mesmos sujeitos, a solidariedade e a denúncia aos processos de violação de direito e desumanização são aspectos centrais de sua organização e luta, e as mulheres permanecem sendo linha de frente na elaboração e dinâmica de enfrentamento. Ver mais em: <<https://quilombosemcovid19.org/>> Acesso em 13 mai 2021.

Mendencha Ferreira, Francisca Presidenta, Francisca Macária, Romana e Antônia Carneiro, fundadoras do Quilombo Conceições das Crioulas (MENDES, 2020); Maria Nice Machado, mulher quilombola de Enseada da Mata (MA), extrativista da floresta e militante pelos direitos quilombolas (AIRES, 2016); e Maria Amélia, militante do Movimento Quilombola do Rio Andirá, no município de Barreirinha (AM) (AMÉLIA, 2016). Estas duas últimas mulheres continuam em seus territórios e lutando por eles, sobrevivendo a ameaças e construindo formas de bem viver junto às suas comunidades. Além destas, há tantas outras mulheres que, como nos indica Dealdina (2020, p. 37), têm um “papel de extrema importância nas lutas e resistências, pela manutenção e regularização dos nossos territórios”.

As mulheres, portanto, desempenham uma função central na construção dos espaços comuns do território quilombola, tanto por serem as principais guardiãs de saberes, como o cuidado com a saúde, a religiosidade, a alimentação, a educação e a transmissão de conhecimento; quanto por estarem na linha de frente da luta pelo território (DEALDINA, 2020; SILVA, 2020).

Resultados e discussão

Apresentamos aqui resultados parciais de processos de pesquisa-ação ainda em andamento e de diálogos constantes com os sujeitos envolvidos nessas trocas de saberes e conhecimentos. O objetivo é que essas questões possam fomentar discussão e debates críticos, a partir de uma perspectiva decolonial, histórico-dialética, sobre o protagonismo de mulheres negras, indígenas e quilombolas em lutas contracoloniais passadas e contemporâneas.

O que a consciência eurocentrada e colonial jogou para baixo do tapete da história e que nos permite vislumbrar a potencialidade da práxis feminina negra, quilombola e indígenea na construção de uma sociedade emancipada? Por que trazer à tona, por meio da memória dos sujeitos contracoloniais, as lutas e as resistências à escravidão e ao colonialismo? Porque conhecer a memória das insurgências coletivas protagonizadas por mulheres negras, indígenas e quilombolas nos permite acessar uma potencialidade de organização que é alimento para os feminismos contemporâneos.

O tom de denúncia aos processos de invisibilidade e violência sofridos pelas mulheres negras ganha corpo nos escritos de Lélia

Gonzalez a partir do conceito de *infante*, o qual “designa aquele que não é sujeito de seu próprio discurso, na medida em que é falado pelos outros” (GONZALEZ, 2020c, p. 141). O atributo domesticável destinado às mulheres negras fez com que elas fossem faladas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que as infantiliza, além de, por outro lado, impor-lhes “(...) um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiada nas nossas condições biológicas de sexo e de raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de sermos sujeitos não só do nosso próprio discurso, como da nossa própria história” (GONZALEZ, 2020c, p. 141).

Acionamos, com centralidade, as contribuições de Lélia Gonzalez para o desenvolvimento dessa discussão justamente por reconhecer sua capacidade criativa e intelectual em tratar das opressões de gênero, raça e classe desde a colonização, sem abrir mão de lançar luz sobre as resistências históricas também protagonizadas por mulheres negras. Desse modo, para além de tratar sobre o lugar delas, atentando-se aos impactos negativos causados pelo racismo e sexismo na contemporaneidade, Lélia nos oferece uma contribuição imprescindível ao evidenciar que “os esteriótipos que pretenderam fixar a imagem das mulheres afro-brasileiras nos aspectos opressores da colonização, prescindiram do contraponto histórico também elaborado por elas” (SANTOS, 2021, s/p).

Dessa forma, Lélia Gonzalez, inaugura uma crítica profunda às narrativas eurocêntricas construídas em torno da colonização, propondo o desvelamento de suas contradições internas, a partir do resgate da memória dos sujeitos que arduamente resistiram a esse processo. Não à toa, é na figura histórica da mãe preta que a autora destrincha a forma como a “rasteira na raça dominante” foi dada. Lélia defende que, ao contrário do que nos foi contado, as mães pretas foram as principais responsáveis em transmitir todo o conjunto linguístico e de saberes oriundos da África. Ao cuidarem dos filhos de seus senhores brancos, essas mulheres realizaram uma espécie de resistência silenciosa, que, para além do imediato, foi fundamental para conformar o que viria a ser a cultura brasileira e a América Latina (GONZALEZ, 2020a).

A oralidade, a contação de histórias e os afetos que sobreviveram ao violento contexto escravocrata fizeram com que os africanos, na diáspora, construíssem formas alternativas de resistirem ao projeto de morte erguido pela branquitude colonial. As mulheres negras,

históricamente reconhecidas na cosmovisão africana como guardiãs dos saberes e das tecnologias ancestrais, cumpriram o papel fundamental de assegurar essa resistência para que a América Latina fosse na verdade “muito mais ameríδια e amefricana do que outra coisa” (GONZALEZ, 2020b, p. 130). É por meio dessa crítica, pioneiramente decolonial, que Lélia Gonzalez formula a categoria de amefricanidade, enfatizando que, “aqui, a força do cultural se apresenta como a melhor forma de resistência” (GONZALEZ, 2020b, p. 133).

Outro aspecto que amplia nossa compreensão sobre a *América Ladina* se encontra no valor metodológico da amefricanidade, cuja centralidade está em resgatar uma unidade específica. Sendo assim, “o termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro como daqueles que chegaram à América muito antes de Colombo” (GONZALEZ, 2020b, p. 135). Lélia investe nesta abordagem justamente por identificar, na diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada.

A importância dessa elaboração conceitual reverberou em uma análise inédita sobre a construção social e cultural da América Latina, com vistas à problematização do impacto causado pela colonização das Américas em relação a sua própria origem. Ao salientar a contribuição direta de negros e indígenas para conformar o que viria a ser nomeado como “Américas”, a autora subverte a ideia eurocêntrica de que a Europa se constitui como centro das descobertas humanas em uma perspectiva neutra e universal.

É também desse mesmo escopo que surge uma crítica essencialmente feminista e negra nos escritos de Lélia. Seu duplo pertencimento, tanto ao Movimento Negro Unificado (MNU) quanto ao movimento de mulheres, permitiu a elaboração do artigo *Por um feminismo afro-latino-americano* (GONZALES, 2020c), original de 1988, obra que coloca as resistências femininas negras e indígenas no centro do debate da época, atentando para uma nova concepção feminista que se delineava. Cabe ressaltar que foi a figura heroica da Nanny (guerreira e mãe do seu povo na ilha de Moore Town, na Jamaica), que constituiu o pilar da amefricanidade, a partir da qual Lélia sugere um retorno às elaborações de estratégias de resistência cultural ocorridas no período escravista, articulações importantes para o desenvolvimento de

formas alter-nativas de organização social livre desenvolvidas especificamente nos quilombos e por mulheres⁴ (GONZALEZ, 2020d).

Foi justamente essa conexão transnacional e afrodiaspórica que fez com que Lélia Gonzalez se atentasse para as similaridades dessas mulheres, incluindo uma nova abordagem feminista às suas análises e à sua militância política. É desnecessário dizer que, para além de uma proposta metodológica e conceitual alternativa, o feminismo afro-latino-americano corresponde a uma práxis efetivamente plural, anticapitalista e contracolonial.

Desse modo, ao mencionar que, durante a efervescência do movimento feminista na década de 70, as mulheres amefricanas e ameríndias localizavam-se majoritariamente nos setores populares de organização, tendo participação ativa e, em muitos casos, sendo protagonistas (GONZALEZ, 2020c), Lélia aponta que conhecer a memória das insurgências coletivas protagonizadas por mulheres negras, indígenas e quilombolas nos permite acessar uma potencialidade de organização e uma identidade amefricana que servem de alimento para os feminismos contemporâneos.

Considerações finais

Ante ao exposto, nota-se que a historiografia brasileira, assentada na consciência que fala em nome do outro, estrategicamente ocultou as contribuições e as resistências protagonizadas por mulheres negras e quilombolas ao sistema escravagista. Cabe ressaltar que a organização dessas sujeitas se constituiu como ameaça à ordem

4 Em diálogo com os aprendizados oriundos de sua passagem pela Jamaica, Lélia encontra na figura histórica da Nanny similaridades com as mulheres negras “esquecidas” por um longo tempo pela historiografia brasileira. Com ênfase no lugar da resistência na organização das mulheres na original Nanny Town jamaicana (comunidade de ex-escravizados africanos de origem akan), a autora explica a forma como suas estratégias de sobrevivência, suas instituições e seus valores expressavam seu caráter de organização matrifocal, com grande valorização das mulheres (GONZALEZ, 2020c). As semelhanças com as insurgências femininas e negras durante a colonização brasileira são notórias. Os aspectos relativos à capacidade estratégica de Nanny em subverter o colonizador a partir de sua dimensão sobrenatural, cuja história oral conta que seus grandes poderes derivavam do contato e do conhecimento íntimo com o mundo dos espíritos, isto é, o reino dos ancestrais, mobilizaram Lélia de tal forma que ela considera que essas táticas femininas de enfretamento dos inimigos “simbolizaria a profunda radicalidade de uma posição anticolonialista” (GONZALEZ, 2020c, p. 155).

colonial, bem como ao projeto de nação que posteriormente seria erguido. A necessidade de um Brasil embranquecido, que eliminasse as influências afrodiásporas e indígenas presentes em sua composição, possibilitou que as tentativas de apagamento de suas existências e resistências fossem a única possibilidade de fazer com que a sociedade acreditasse em uma histórica única.

A despeito dessa estratégica ausência, que não apenas tentou desvincular africanos e indígenas dos processos de luta e enfrentamento históricos, mas principalmente tornou as mulheres suas principais vítimas, é oportuno dizer que intelectuais e feministas negras, ao longo da história, têm somado esforços em manter viva a memória insurgente e coletiva de outras mulheres negras, que, de certo modo, a partir de suas resistências, conseguiram subverter o legado da escravidão. Apesar da notória recusa acadêmica em reconhecer e legitimar suas estratégias de resistências como articulações de caráter fundamentalmente político, o resgate dessas organizações femininas negras evidencia que, para além do imediato, suas resistências coletivas foram substanciais para resistir ao projeto colonial idealizado para as Américas e para informar a luta contemporânea de mulheres amefricanas e ameríndias.

A elaboração conceitual de amefricanidade e a proposta de um feminismo afro-latino-americano só se delineiam para Lélia Gonzalez a partir de seu intercâmbio cultural e de suas andanças pelo Brasil afora. As trocas com mulheres negras periféricas, quilombolas, indígenas, caribenhas, entre outras, fizeram com que Lélia desenvolvesse uma percepção aguçada acerca da necessidade epistêmica e prática de uma metodologia efetivamente interseccionada e popular. Desse modo, ambos conceitos só passam a fazer sentido porque se encontram corporificados na vida cotidiana dessas sujeitas, isto é, expressam, em terminologias, o que essas mulheres coletivamente reivindicam no modo pelo qual demarcam suas existências e resistências. É, por-tanto, como trazer histórias para dentro de um método (SANTOS, 2021, s/p).

Sendo assim, além de contribuir para uma perspectiva contra-hegemônica e contracolonial de feminismo, a práxis de mulheres negras e quilombolas, historicamente, potencializa significativamente essas abordagens. Os caminhos já abertos por essas mulheres demonstram que seus passos vêm de longe e que suas milenares formas de resistências são tecidas diariamente e coletivamente. Se os rumos de

nossas perspectivas estiverem para além de abstrações conceituais esvaziadas de sujeitos, eles devem estar voltados para a vida *vivida*, haja vista que é a dinâmica concreta do real que cotidianamente desafia o conceito.

Referências

AIRES, Maria Nice Machado. **Nice Guerreira**: mulher, quilombola e extrativista da floresta. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

AMÉLIA, Maria. **Trilhas percorrida por uma militante quilombola**: vida Luta e resistência. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

ARRAES, Jarid. **Heroínas Negras brasileiras**: em 15 cordéis. São Paulo: Pólen, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Caminhos percorridos entre a educação popular e a pesquisa participante. *In*: SILVA, Andrerika Vieira Lima; PAULO, Fernanda dos Santos (org.). **Edu-cação popular e pesquisas participativas**. 1. ed. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2020. p. 7-18.

CARNEIRO, Fernanda. Nossos passos vêm de longe... *In*: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WRITE, Evelyn C. **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006. p. 22-41

DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres Quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. *In*: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020. p. 25-44.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: RIO, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano – Lélia González**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. p. 75-93.

GONZALEZ, Lélia. A Categoria Político-Cultural da Amefricanidade. *In*: RIO, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano – Lélia González**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p. 127-138.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano . *In*: RIO, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano – Lélia González**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c. p. 139-150.

GONZALEZ, Lélia. Nanny: pilar da amefricanidade. *In*: RIO, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano – Lélia González**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020d. p. 151-157.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claroenigma, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.

MENDES, Maria Aparecida. “Saindo do quarto escuro”: violência doméstica e a luta comunitária de mulheres quilombolas em Conceição das Crioulas. *In*: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020. p. 59-63

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos**: modos e significados. Brasília: 2015.

SANTOS, Thamires. **Práticas de cuidado como ferramenta de resistência e organização política de mulheres quilombolas**: reflexões contra-coloniais. Artigo apresentado no “*Semi-nário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas. Povos, comunidades, natureza: In-surgências frente ao extrativismo predatório*”. Março de 2021. No prelo.

SILVA, Givânia Maria. Mulheres Quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. *In*: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020. p. 51-58.

SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes (org.). **O Movimento de Mulheres negras**: escritos sobre o sentido de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

SOARES, Maria Raimunda Penha. **Lutas e resistências quilombolas no Brasil**: um debate fundamental para o Serviço Social. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, p. 52-67, 2020.

SOARES, Maria Raimunda Penha. **Insurgências coletivas e práticas contracoloniais**: encontros possíveis e necessários no diálogo de saberes entre universidades e territórios quilombolas. Artigo apresentado no *Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas. Povos, comunidades, natureza: Insurgências frente ao extrativismo predatório*. Março de 2021. No prelo.

WERNECK, Jurema (org.) **O livro da Saúde das mulheres**: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas/Crioula, 2006.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio (org.). **Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.